



ARTIGOS - ARTICLES

O Utilitarismo e a Fisiocracia nos Memorandos de Domingos Vandelli

Ricardo Dalla Costa

Docente em Ciências Econômicas - Universidade
Estadual do Norte do Paraná (UENP)

dallacosta@uenp.edu.br

Resumo: A partir do hedonismo grego sobre a utilidade, apresenta-se num primeiro momento uma revisão literária necessária à compreensão desse conceito nos escritos de Domingos Vandelli (1730-1816). Em complemento, a fisiocracia faz-esse essencial na assimilação da ciência as questões econômicas a partir da metade do Século XVIII. Em se tratando do autor proposto, como deputado, estava constantemente envolvido no âmbito político, financeiro e diplomático do Reino português e buscava adequar assuntos econômicos as necessidades lusitanas durante o período de crise.

Palavras-chave: História da Ciência; Domingos Vandelli; Memórias Econômicas; Utilidade; Fisiocracia.

Utilitarianism and Physiocracy in Memorandum from Domingos Vandelli

Abstract: Starting from the Greek hedonism on utility, a literary review is presented, which is necessary to understand this concept in the writings of Domingos Vandelli (1730-1816). In addition, physiocracy became essential in the assimilation of science to economic issues from the mid-eighteenth century onwards. In the case of the proposed author, as a deputy, he was constantly involved in the political, financial and diplomatic sphere of the Portuguese Kingdom and sought to adapt economic matters to Lusitanian needs during the period of crisis.

Keywords: History of Science; Domingos Vandelli; Economic Memories; Utility; Physiocracy.

Utilitarismo: ouse ser sábio¹

Trilhar nos caminhos da História da Ciência com ênfase nos documentos dos ecônomos com fins filosóficos, políticos e diplomáticos no final da modernidade não é uma tarefa fácil, pois, se por um lado foi uma época marcada pelas explorações coloniais na América pelos lusitanos e espanhóis, por outro, foi o agigantamento das grandes indústrias com absorção de mão de obra, matérias-primas, técnicas e inovações que anunciavam e avançavam a ciência na Europa, e também, a utilidade da mesma.

Concomitantemente, a Revolução Francesa (1789-99) dividiu a Europa, e em meio a essa turbulência política e social, e dentre tantos homens da ciência, destaca-se neste trabalho um paduano que viveu em Portugal entre os séculos XVIII e XIX e que escreveu memórias econômicas com ênfase na política e no engrandecimento do Reino.

Trata-se de Domingos Vandelli (1735-1816), que de forma singular, descreveu apontamentos de cunho utilitarista-naturalista com elementos significativos da investigação das ciências naturais.

Se não é útil o que fazemos, a glória é vã²

O utilitarismo foi proposto pelo pensador Jeremy Bentham (1748-1832), envolviam assuntos sobre justiça e filosofia e um pouco de economia da época. No contexto filosófico, a teoria do utilitarismo para Bentham, era “um novo sistema ético” (HARWOOD, 2013, p. 94) que residia na ação moral praticada pelo sujeito em detrimento das próprias ações morais que o circundam, isto é, a oferta de uma boa ação era o princípio de valor e defensável para o maior número de pessoas.

A utilidade era quantitativa e a unidade de cálculo referia-se na minimização da dor para que ocorresse a maximização do prazer como benefício no maior tempo possível. Assim, trata-se do conceito do hedonismo grego, pois “essa filosofia moral fundava-se na premissa de que devemos sempre agir de maneira tal a

1 *Utilitarianism: sapere aude*. Vulgata latina muito utilizada no Iluminismo que significa “ouse saber”, “tenha coragem de usar seu próprio intelecto”.

2 *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*. Vulgata latina impressa nos Tomos das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa e das Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa.

promover a maior felicidade para o maior número de pessoas” (STRATHERN, 2012, p. 90).

De acordo com as notas de Bentham editadas por Mill (MILL e BENTHAM, 2004, p. 86), os princípios da utilidade seriam: humanidade governada pela dor e pelo prazer; princípio de utilidade; utilidade, interesse da comunidade; em vão falar do interesse da comunidade sem entender qual é o interesse do indivíduo; uma ação conforme ao princípio da utilidade; uma medida do governo conforme ao princípio da utilidade; lei ou ditames de utilidade, e por fim, um partidário do princípio da utilidade.

Em outras palavras,

Os princípios básicos do utilitarismo são os seguintes:
Bem-estar: o objetivo da ação moral é o bem-estar em todos os níveis – intelectual, físico e moral;
Consequencialismo: a moralidade das ações é julgada mediante as consequências por essas geradas;
Agregação: leva em consideração a maioria dos indivíduos, descartando ou “sacrificando” as “minorias” que não se beneficiaram da mesma forma que a maioria;
Otimização: a maximização do bem-estar é um dever;
Imparcialidade e universalismo: não existe distinção entre o sofrimento ou a felicidade dos indivíduos, uma vez que todos são iguais ante o utilitarismo (MINGHETTI, 2020, p. 29).

Mas, “para os utilitaristas, a verdade depende dos resultados práticos alcançados pela ação, o que não significa reduzir grosseiramente a verdade à utilidade. Uma proposição é verdadeira quando ‘funciona’, isto é, permite que nos orientemos na realidade, levando-nos de uma experiência a outra” (ARANHA e MARTINS, 2016, p. 215).

Para o reformador e utilitarista as seguintes ações com vistas à boa conduta seriam: ao pensamento empirista-liberalista, as discussões morais e políticas, aos interesses dos indivíduos que deveriam corresponder a da coletividade, as políticas públicas com vista ao bem-estar social e a condição utilitária como aquela que media toda a ação por sua utilidade, isto é, a moralidade aplica-se a conduta privada, quanto à prática política, legal, econômica e social.

Para Bentham, o “objetivo era tornar os princípios das ciências sociais, inclusive a economia, tão rígidos quanto às leis da ciência natural. O utilitarismo e

seu princípio do prazer seriam a nova força da gravidade da moralidade” (STRATHERN, 2012, p. 112).

Em reforço, “as ideias utilitaristas de Bentham possuem como pressupostos a filosofia grega clássica conhecida como hedonismo. A ideia fundamental do hedonismo é a de que os homens estão sempre perseguindo as coisas que provocam ou aumentam o prazer e sempre tentando evitar as coisas que promovam a dor ou o sofrimento” (GENNARI e OLIVEIRA, 2009, p. 89).

Na prática, o utilitarismo resume-se na melhor escolha dentre tantas alternativas e que por vezes envolviam dilemas e conflitos éticos. O utilitarismo foi um pensamento caracterizado pela utilidade e tornou-se relevante na filosofia em torno no terceiro quarto do setecentos na Europa, mas após a metade do Século XIX, uma nova proposta apresentada por John Stuart Mill (1806-1873) inseriu o contexto ético ao pensamento econômico.

Segundo Sandroni, o utilitarismo foi uma “doutrina ética segundo a qual o bem se identifica com o útil” no sentido de proporcionar bem-estar ao maior número de pessoas (SANDRONI, 1999, p. 624), mas “Bentham frequentemente usa[va] o termo técnico ‘utilidade’. Esta palavra pode significar coisas diferentes em inglês. A sua conotação é aproximadamente equivalente a ‘instrumental para a felicidade’” (MULGAN, 2012, p. 19).

O utilitarismo no contexto econômico não consiste argumentar contra o filosófico, mas em aproximar sob a vertente política da modernidade nas decisões governamentais, a exemplo do custo-benefício, que buscava o maior retorno a sociedade, como o ‘cálculo da felicidade’, ainda que as sensações dos indivíduos sejam subjetivas, pois, “antes de Bentham, vários pensadores econômicos haviam usado essa palavra em termos gerais - muitas vezes com referência à ‘desejabilidade’ de bens ou serviços. Bentham desejou dar a esse conceito central um significado preciso calculável” (STRATHERN, 2012, p. 113).

Nos escritos de Vandelli, a palavra ‘utilidade’ absorve em parte o conceito original do ‘utilitarismo’, contudo, não limitava necessariamente a uma escolha ou decisão que privilegiava interesses de uns e relação a outros, e tão pouco ignorava, mas sim, privilegiava seu teor, estendendo a comunidade o uso do bem ou serviço num significado claro e ‘útil’. Exemplo disso é “se soubermos como trocar o papel-moeda por dinheiro real (ouro), então é uma moeda genuína. Se não houver ouro a ser obtido, então o papel é inútil” (MULGAN, 2012, p. 25).

Em síntese,

o utilitarismo pode ser visto, então, como uma filosofia extraordinariamente restritiva ou limitada, que só permite julgamentos quando existe unanimidade. (...) Portanto, quando só consideramos a troca, existe unanimidade, e a harmonia prevalece. É por isso que o utilitarismo pode ser identificado com a perspectiva da troca, em teoria econômica, e é por isso que a perspectiva da troca sempre vê o capitalismo como um sistema de harmonia social (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013. p. 243).

A palavra utilidade como termo técnico fundamentou sinônimos como útil, prático, necessidade, vantagem, proveito, uso, conveniência, instrumentalidade, préstimo, serventia e pragmático a adequação ao Estado e ao povo, no sentido de minimizar o desperdício (custos) e maximizar os resultados (benefícios), como uma medida de segurança contra a escassez e a hostilidade da falta de recursos naturais, públicos ou privados, e também, na promoção da prosperidade e do bem-estar geral.

Mais que um que um homem da ciência, Vandelli foi um grande estrategista, pois esteve constantemente envolvido nos âmbitos político, financeiro e diplomático do Reino português, e em especial, nos momentos de crise, ameaça e de invasão de tropas estrangeiras.

Assim, na compreensão e na exploração do ambiente setecentista, a abordagem técnica com vistas ao aprimoramento da ciência moderna correspondia a um “conjunto dos procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados considerados úteis” (LALANDE, 1993, p. 1109).

Escrever sobre um grande homem da ciência que também era naturalista, médico, professor e deputado não se trata de um ineditismo, ainda mais que esse personagem foi abrilhantado pelos seus feitos no Iluminismo, contudo, por ironia do destino, o professor tornou-se um anônimo no final de seus tempos devido a uma infeliz acusação mal documentada. Ignorado por quase dois séculos, aos poucos suas memórias vão ganhando corpo através de teses e artigos científicos e permanecendo nos registros acadêmicos para oportunas revelações.

Esse estudo vai ao encontro da advertência que Carlo Ginzburg que referiu aos fatos marginais que ficaram no tempo e que merecem um reestudo para revivificar a memória de um personagem, isto é, a releitura pelo outro lado da

história, a história não contada por inteiro ou simplesmente esquecida e negligenciada pela política dominante (GINZBURG, 2006).

A fisiocracia

As ideias fisiocratas veiculadas por Domingos Vandelli iam ao encontro das necessidades portuguesas, e em seus memorandos, imprimia uma visão utilitarista na prioridade da agricultura em relação a indústria devido ao estado de emergência real de sobrevivência e das relações comerciais.

Seus memorandos refletiam o contexto político, econômico e estratégico militar, além de assuntos administrativos e financeiros do Reino Português. Esses documentos permaneceram arquivados por quase dois séculos em solo brasileiro, isto é, manuscritos que vieram no período em que ocorreu a fuga da família real para o Brasil, em 20 de novembro de 1807, quando da invasão napoleônica em Portugal.

Alinhado ao século das luzes, o grande memorialista e projetista destacou-se nas funções de homem da ciência no Reino português e nas terras do Ultramar em atenção “as práticas econômicas preconizadas pela fisiocracia italiana [que] articulavam o estudo científico da natureza ao bem comum proporcionado pela produção, pelos grãos” (MUNTEAL FILHO, 1993, p. 38)³.

Vandelli publicou em seus memorandos econômicos assuntos sobre a fisiocracia⁴ no final dos oitocentos ainda que em descompasso com a realidade no ocidente europeu, mas o resgate do pensamento se faz presente o contexto histórico daquele momento que foi a sobrevivência da população lusitana.

Para o paduano, as ideias fisiocratas apresentavam-se adequadas as necessidades portuguesas, e em seus memorandos, imprimia uma visão utilitarista na prioridade da agricultura em relação a indústria devido ao estado de emergência real de sobrevivência e das relações comerciais. As memórias econômicas de Vandelli publicadas na Academia Real de Ciências de Lisboa, sob o contexto político, econômico e estratégico militar, além de assuntos administrativos e financeiros do Reino Português, estão focados neste estudo.

³ Sobre o pensamento pré-fisiocrata, vide nota n. 52 de Munteal Filho (1993, p. 39), que buscava “uma aliança entre a natureza e a economia”.

⁴ “Fisiocracia significa governo pela natureza” (STRATHERN, 2012, p. 58).

Importante frisar que a fisiocracia constituiu a primeira escola do pensamento econômico e teve marco na obra *Analyse du Tableau Économique*, de François Quesnay, em 1758. De acordo com o Quadro Econômico,

Quesnay demonstrou como o excedente produzido na agricultura circula e se distribui entre as classes sociais de forma a garantir a reprodução do conjunto de sistema econômico para o ano seguinte [e] fica implícito que o excedente agrícola [...] condiciona e dita o ritmo de desenvolvimento das atividades manufatureiras e comerciais [...] (GENNARI e OLIVEIRA, 2009, p. 56).

Registra-se que a teoria fisiocrática não fora discutida por Vandelli (até porque o próprio modelo teórico não se pautava na visão daquela época), mas sim nas implicações úteis a política agrícola com o intuito de minimizar a carência alimentar que assolava a nação lusitana.

Ainda assim, não houve discussões sobre as classes sociais (produtivas, proprietários e estéreis), mas sim a essência e a promoção do uso da terra na produção agrícola, bem como “a alocação de insumos e produtos [que] requer a circulação contínua de moeda” (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013, p. 74). Em complemento e “em oposição às ideias da época, que ainda consideravam a riqueza como um sólido acúmulo de ouro e prata” (HEILBRONER, 1996, p. 49), a ciência moderna fornecia provas de que

a política do poder régio, com orientação considerada fomentista,⁵ passaria a ambicionar não só a ampliação do Estado português, mas novas formas de conhecimento que pudessem dar apoio a um processo moderno de investigação e utilização dos três reinos da natureza (COSTA, 2017, p. 21).

A utilidade da política fomentista com geração de conhecimento e de excedente agrícola (e outros recursos ofertados pelos três reinos da natureza: minerais, vegetais e animais, além das matérias-primas produzidas), foi muito incentivada pelo Estado português como última alternativa ao aumento da arrecadação do Reino diante da crise (econômica e do sistema colonial) que se instaurava.

5 MUNTEAL FILHO, “Memórias, Reformas e Acadêmicos no Império Luso-Atlântico,” p. 45; MUNTEAL FILHO, “Ciência, Natureza e Sociabilidade,” p. 290.

“Primeiro: não poderia haver política fomentista, sem estabelecimentos científicos aparelhados para responder à demanda agrícola, isto é, era imperioso transformar ou tornar útil as produções naturais das colônias, contidas nas remessas. Segundo: o grupo de ilustrados naturalistas deveria zelar pela coordenação das viagens, que por sua vez incentivariam o fomento à cultura agrícola das colônias (MUNTEAL FILHO, 1993, p. 139-40).

Em termos gerais, Vandelli referenciava os fisiocratas aos que “abordavam todos os problemas sob o ângulo de seus efeitos na agricultura” (HUBERMAN, 1981, p. 127), e nas palavras de Quesnay, “a agricultura é a fonte de toda a riqueza do Estado e da riqueza de todos os cidadãos” (STRATHERN, 2012, p. 57).

O mestre registrou em suas notas econômicas “uma perspectiva que se integrava ao utilitarismo típico de Portugal da Época das Luzes” (MARQUES, 2010, p. 13), sob a visão útil do conhecimento. Assim,

Em 1779, Domingos Vandelli foi um dos mentores da elaboração e da criação da Academia das Ciências de Lisboa, uma de suas mais importantes contribuições para as ciências de Portugal.

A fisiocracia é o pensamento que sustenta ser a terra a única verdadeira fonte de riqueza, defendendo o liberalismo econômico. A concepção aqui considerada é a de influência italiana, país onde a terra era fundamentalmente para a sobrevivência popular, e que teve nas escolas de Nápoles e de Milão a inspiração da família Vandelli” (op. cit., 2010, p. 20-1).

Neste momento destaca-se as memórias econômicas das cinco coleções impressas na Academia Real das Ciências de Lisboa, onde o autor contribuiu nos quatro primeiros tomos. De fato, foram onze memórias econômicas, sendo seis no primeiro (1789), duas no segundo (1790), duas no terceiro (1791) e uma no quarto tomo (1812).

Assim, por exemplo, segue o título e sinopse das memórias (econômicas) do primeiro tomo com relevância a política agrária com viés fisiocrata em fins do século XVIII:

- “Memória Sobre a Ferrugem das Oliveiras”: análises sobre o inseto que reduz a produção e a qualidade das oliveiras.

- “Memória Sobre a Agricultura Deste Reino e das Suas Conquistas”: críticas às terras incultas e a falta de cultivo em plantas úteis ao comércio português;
- “Memória Sobre Algumas Produções Naturais Deste Reino das Quais se Poderia Tirar Utilidade”: descrição sobre as vantagens na arte da extração de bens minerais e da boa agricultura, além de sublinhar a importância dos reinos animal e vegetal;
- “Memória Sobre Algumas Produções Naturais das Conquistas, as Quais ou São Pouco Conhecidas ou não se Aproveitam”: exposição das riquezas do Reino e das conquistas, mostrando as fragilidades na exploração das minas de ouro, que nem sempre eram viáveis e, não raro, havia casos de lavras abandonadas. Mostrava que a oportunidade de cultivar uma boa agricultura possibilitava maior riqueza subministrada pela natureza;
- “Memória Sobre as Produções Naturais do Reino e das Conquistas, Primeiras Matérias de Diferentes Fábricas ou Manufaturas”: exposição das bases e as dificuldades na ampliação da manufatura em Portugal, no fim do século XVIII; breve apontamento sobre o baixo crescimento demográfico português e a consequente falta de mão de obra para o cultivo de alimentos no campo, o que justificava a preferência de investimentos na agricultura ao invés da indústria;
- “Memória Sobre a Preferência que em Portugal se Deve Dar a Agricultura Sobre as Fábricas”: ênfase à preferência da agricultura em relação às indústrias, em Portugal, pois não se poderia comprometer a mão de obra utilizada na agricultura em iniciativas pujantes ao desenvolvimento de novas fábricas (COSTA, 2020, p.36).

Em suas ideias de cunho econômico, o paduano refletia os anseios da cultura científica e do conhecimento conjunto com outras áreas da ciência moderna, como a história natural (botânica e zoologia), a física, a química e a mineralogia, tendo em vista a maximização da riqueza nacional e na minimização do atraso e da pobreza.

Excertos fisiocráticos vandelliano

Em se tratando da Memória Sobre a Preferência que em Portugal se Deve Dar a Agricultura Sobre as Fábricas, destaca-se quatro trechos, sendo o primeiro em a defesa da agricultura, pois esta era carente de mão de obra para o cultivo das terras, fator de produção essencial a sobrevivência.

O Paduano preocupava-se com a alimentação nos dias de inverno rigoroso, onde a escassez de alimentos era generalizada e o preço aumentava de forma exorbitantemente, assim, frisava os princípios da economia política, como:

XXIII.

São princípios incontestáveis, e seguidos pelos melhores Economos políticos.

1. Que a fortuna do Estado, e da Humanidade, excetuando os selvagens, que vivem da caça, e pesca, está nas mãos dos cultivadores.
2. Que as produções da terra são a única, e verdadeira riqueza, e a cultura dela o único princípio da sobriedade.
3. Que o consumo, é o único agente, que dá valor à produção, que anima, e a estende, e multiplica.
4. Que em proporção do valor dos frutos a terra será melhor trabalhada, e em consequência as colheitas mais abundantes (VANDELLI, 1789, p. 248-9).

Na passagem seguinte, Vandelli exprime preocupação com a balança comercial, em especial, na importação do trigo, do milho e centeio para suprir a produção agrícola:

XXIV.

Este último Axioma Económico é verdadeiro em um País, aonde pode subir o preço dos gêneros sem que os possa ter mais baratos de fora, com a permutação das suas Colônias; mas não é assim em Portugal, aonde por causa dos gêneros das suas Colônias, concorrem de várias partes comestíveis, os quais pela abundância fazem abaixar o preço aos do Reino; e deste modo nunca chega o valor das produções Nacionais da Agricultura, a ser suficiente para fazer trabalhar melhor a terra, e por consequência fazer as ditas produções mais abundantes (§ VIII.) (VANDELLI, 1789, op. cit., p. 249).

Um pouco mais adiante, faz advertência a nocividade dos monopólios:

XXXVIII.

Aumentar os direitos de entrada, ou proibir as manufaturas estrangeiras, para facilitar o consumo das próprias, é o mesmo, que conceder um monopólio aos Fabricantes com grave prejuízo do Povo, obrigando-o a comprar manufaturas mal fabricadas muito caras, e aumentar o contrabando. É certo que os Fabricantes muito pouco ganham, ou se arruinam com a pre-

sente Agricultura; mas ganharão muito, e se enriquecerão fabricando os gêneros mal, e vendendo-os por alto preço, sendo seguros do consumo pelos exorbitantes direitos, ou proibição das manufaturas estrangeiras (Idem, p. 252).

E no último trecho:

XLII.

Do exposto se conclui, que a Agricultura deve preferir-se às Fábricas, as quais não devemos multiplicar, sem antes ter o sustento suficiente, e barato para as que já existem, porque pelo contrário se arruinarão juntamente a Agricultura e as Fábricas (Idem, p. 253).

No Brasil-colônia, a fisiocracia se fez presente por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, discípulo de Vandelli em Lisboa, que escreveu uma carta ao mestre em 18 de outubro de 1781 com a seguinte mensagem:

Este nosso século é o século da agricultura; todo mundo escreveu sobre isso, formando-se planos de gabinete, talvez sem se ter uma só vez remexido a terra. A agricultura, porém, é mais bonita de escrever do que de executar (LISBOA, 1781 apud CARVALHO, 1985, p. 270).

As doutrinas de Quesnay influenciaram Vandelli, que por sua vez influenciou Lisboa na Memória Sobre a Preferência que em Portugal se Deve Dar a Agricultura Sobre as Fábricas, e este, outros estudiosos, pois foi “extremamente reveladora das fontes em que se inspira o esforçado e insinuante economista cujos ensinamentos influenciaram bastante a política econômica de Martinho de Melo e Castro com referência ao Brasil” (CARVALHO, 1985, p. 403).

Da Memória Sobre a Agricultura Deste Reino e das Suas Conquistas, fica implícito que as culturas que se destacavam eram as que tinham baixa produção, como oliveiras, vinhas, linho, batatas, amoreiras e milho. Mencionava a necessidade da conservação e utilização dos bosques, da casta de vegetais próprias a terra, ao clima e os prados artificiais. Assim, “a porção, que está cultivada em vinhas, oliveira, bosques, grãos e legumes, não tem em geral o grau de perfeição ou de aumento na Agricultura, que pode admitir, nem o que tinha no tempo do Senhor Rei D. Diniz” (VANDELLI, 1789, p. 165).

Na questão técnica, o professor fez crítica ao modo de lavrar a terra, pois a charrua ou arado mal revolia, faltava o rompimento dos torrões após o arado, faltava gado suficiente para estercar, faltava barreiras para controlar a erosão e faltava pastos artificiais e naturais. Dessa maneira, se não mudasse essas formas inadequadas, dificilmente aumentaria a produtividade no campo.

Ainda assim, questiona a falta de estímulo a criação de gado, de gado miúdo, da pesca, dos insetos úteis como as abelhas e os bichos-da-seda e que “enfim uma vigésima parte deste Reino, bem cultivada, poderia dar o necessário sustento para os homens e animais” (VANDELLI, 1789, op. cit., p. 168).

Em relação a agricultura nas Conquistas, a maior parte destas Ilhas não tinham terras cultivadas, excetuando uma pequena porção, que bastava para o módico sustento dos seus habitantes. Em resumo, nas Ilhas dos Açores, grandes extensões de terreno são incultas; na Ilha da Madeira, se cultivava a cana-de-açúcar e o pastel, mas o gado mal se multiplica, os insetos como as abelhas e o do bicho-da-seda não eram cuidados e a pesca resumia-se na subsistência; nas Ilhas de Cabo Verde, embora as terras eram férteis, pouco se cultivava, apenas o algodão e anil, mas com pouca consideração; na Angola, a terra era boa para agricultura, mas também não se cultivava adequadamente.

Mas no Brasil, com clima adequado e terras extensas e férteis, embora pouco povoada, poderia ser a salvação lusitana, assim:

Nas vizinhanças das costas do mar em algumas partes se cultivavam as canas-de-açúcar, e anil, e agora também na multiplicação da cochonilha, além do milho, mandioca, algodão e tabaco. Vai-se estendendo a Agricultura nas bordas dos rios no interior do país, mas isso com um método, que com o tempo será muito prejudicial; porque consiste em queimar antiquíssimos bosques; cujas madeiras pela facilidade do transporte pelos rios seriam muito úteis, ou para construção de navios, ou para tinturaria, ou para os Marceneiros.

Queimados estes bosques, semeiam por dois, ou três anos, enquanto dura a grande fertilidade produzida das cinzas, a qual diminuída, deixam inculto este terreno, e queimam outros bosques; e assim vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios com grave prejuízo.

Nas Aldeias pois, e aos arredores das Cidades postas mais no interior do país, se cultivava somente o que pode ser suficiente para um módico sustento dos seus habitantes, consistindo a

cultura em mandioca, milho e algodão (VANDELLI, 1789, p. 169-70).

Na maior colônia portuguesa, Vandelli questionava a falta de interesse na criação de gado e insetos úteis (abelhas e bicho-da-seda), além do cultivo de cacau e de outras plantas rentáveis, e também,

Sem facilitar o transporte dos produtos da Agricultura, de nada serve aumentar a mesma, porque a despesa é tão considerável presentemente nele pelos maus caminhos, e falta de navegação interior, que em algumas Comarcas, e terras por falta de consumo e extração dos ditos produtos ficam estes a um preço tão módico, que os Lavradores são obrigados a restringir a cultura pouco mais do que é necessário para o sustento dos habitantes, ou deixar incultas as terras para pastos e ser criadores de Gado, como sucede no Alentejo (VANDELLI, 1789, p. 174).

Em geral, o professor advertia sobre a decadência da agricultura no Reino, contudo, apresentava meios para o florescimento.

Na Memória Sobre Algumas Produções Naturais Deste Reino das Quais se Poderia Tirar Utilidade, alguns excertos forneceram outras particularidade a agricultura.

Se em Portugal não fossem tão dificultosos e quase insuperáveis os obstáculos que impedem o aumento da Agricultura, e se a indústria tivesse chegado ao estado de se aproveitarem todas as úteis produções da natureza, infelizes seriam os estrangeiros, que não possuem Conquistas, como em uma carta exclama o célebre Lineu: *Bonne Deus! Si Lusitani noscent sua bona nature, quam infelices essent plerique alii, qui non possident terras exoticas!*⁶

Entre as produções naturais, as que tem o primeiro lugar são as que se obtém por meio da Agricultura.

Em que estado esta se ache presentemente é bem conhecido, sendo mais das três partes do Reino incultas (posto que antes do século décimo quinto, quero dizer, antes dos estabelecimentos na Ásia e África e do descobrimento do Brasil, este Reino tivesse não somente o necessário sustento próprio, mas ainda ministrasse aos vizinhos). [...]. Sem Agricultura, que é a primeira base da Sociedade, de pouco servem as manufaturas e as

⁶ “Bom Deus! Se os portugueses e espanhóis conhecerem os bens da sua natureza, quão infelizes serão os outros, que não possuem terras exóticas!”

naturais produções que agora passo a enumerar (VANDELLI, 1789, op. cit., p. 176-7).

Vandelli priorizava a agricultura sem desconsiderar o comércio externo.

E quantas outras produções naturais desconhecidas, se achariam ainda neste Reino, se por Naturalistas zelosos fosse atentamente visitado? Com as quais se poderia suprir as que vêm de fora, e servir para o comércio externo. Porém antes de tudo é o adiantamento da Agricultura, que é o principal objeto da nossa Deputação da Indústria. (Idem, p. 186).

A presença do pensamento fisiocrático em Portugal trouxe reflexos no pensamento econômico lusitano, com ênfase nas produções naturais nas colônias e no reino, principalmente àquelas que necessitavam de trabalho agrícola.

Outras passagens estão contidas na Memória Sobre Algumas Produções Naturais das Conquistas, as Quais ou São Pouco Conhecidas ou não se Aproveitam. Destarte, o paduano alertava que a verdadeira riqueza vinha do cultivo da terra e não necessariamente da acumulação dos metais preciosos.

Entre as Produções naturais, as minas de ouro são aquelas de que se faz maior estimação, e de que universalmente se cuida mais que na Agricultura.

Todos os mais sábios Políticos bem conhecem o engano que há nesta matéria: o exemplo das Nações e demonstra claramente. Os que têm as minas dos metais mais preciosos, e que fazem o seu maior cabedal nestas, são menos ricos do que aqueles, que cuidam na Agricultura, nas Artes e no Comércio. Faça-se o paralelo das riquezas de Espanha e de Portugal, com as de Holanda, França e Inglaterra; e se verá quanto excedem estas Potências àquelas (VANDELLI, 1789, p. 187).

A urgência lusitana em investir na principal colônia portuguesa era a resposta ao aumento da renda nacional e na geração de excedentes agrícolas para a comercialização.

Pelo que respeita à Agricultura, além das Ilhas, somente o Brasil poderia subministrar o trigo, milho e os grãos e legumes que em cada ano estamos obrigados a comprar aos Estrangeiros, cuja cultura já se principiou no Rio Grande. [...]

Para promover a Agricultura no Brasil e nas outras Conquistas e no Reino, não são suficientes as mais sábias Leis, quando não forem auxiliadas com alguns prêmios (VANDELLI, 1789, op. cit, p. 189).

Destaca-se o incentivo as culturas brasileiras na alimentação, como o arroz, o açúcar, o trigo e o milho; as especiarias (cúrcuma, gengibre, pimenta); as industriais, as plantas tinturarias (anil, pastel, rubia, ocre amarelo), os vernizes (árvore do verniz, resina copal, sangue de drago), os têxteis (sumaúma, linho cânhamo, algodão) e o fumo (tabaco), além das culturas medicinais, como os bálsamos (Copaíba, Cabureíba, Acabureuta de Pison), o analgésico e antitérmico (Quina-quina).

O último memorando intitula-se de Memória Sobre as Produções Naturais do Reino e das Conquistas, Primeiras Matérias de Diferentes Fábricas ou Manufaturas, e semelhante ao memorando anterior, Vandelli ressaltou a necessidade de diversificar as mais variadas culturas. Assim, para a indústria, as plantas tinturarias (Palmeira Ubuçú, ursela, anil, Pau-Brasil, cúrcuma, pastel), as plantas têxteis (sumaúma, linho cânhamo, algodão), as sementes para óleo (bagulho das uvas; da Aroeira, Carrapateiro, Mandubi) e as plantas para fazer sabão.

No que diz respeito as culturas medicinais, destacava-se as plantas de uso cirúrgico (resina elástica), para analgésico e antitérmico (Quina-quina), e para fins diversos, o gengibre e os balsamos (de S. Tomé, de Copaíba, Cabureíba, a Cabureuta e Omijiri) (VANDELLI, 1789, p. 223-36).

No comércio, as especiarias se destacavam nas culturas dos aromas, como a canela, a pimenta, o cravo do Maranhão, o puchari grande e pequeno e a baunilha

Considerações

O século XVIII teve como característica o Iluminismo (século das luzes) que refletiu num movimento intelectual com novas ideias e ideais, como a liberdade política e econômica com grande respaldo à filosofia (STRATHERN, 2012).

A revisão literária sobre o utilitarismo proposto pelo pensador Jeremy Bentham sob o conceito do hedonismo grego auxiliou na compreensão de muitas obras que foram escritas ao longo do Século XVIII.

As passagens que constam a palavra utilidade e seus derivados permitiram não só um exercício de localização das mesmas, mas sim, a compreensão do sentido do seu uso, da reflexão, do avanço sobre a ética e da aplicabilidade dos serviços dos naturalistas sobre os bens da natureza que desabrocharam em descobertas e/ou aperfeiçoamento de técnicas ao longo das leituras das obras e memórias econômicas do mestre.

Com relação aos fisiocratas, coube a estes a primazia de serem os primeiros a corresponderam a uma verdadeira escola do pensamento econômico. Com conceitos e argumentos objetivos formularam modelos que explicavam a produção, a circulação e a distribuição. Também, apontavam discussões sobre o consumo, o trabalho produtivo, o produto líquido, o excedente agrícola e a liberdade de produção e a comercialização de acordo com as leis naturais, ou mesmo, a ordem natural.

Em se tratando dos escritos do memorialista Domingos Vandelli, estes contemplaram um campo propício ao estudo da ciência moderna, pois como professor, naturalista, químico, e posteriormente, detentor da cadeira de deputado, registrou uma variedade de assuntos políticos, financeiros e diplomáticos que trouxeram à luz da História da Ciência um vasto campo de pesquisa ligado ao contexto econômico, legado por um paduano preocupado com o futuro do reino lusitano e das suas Colônias.

Os esforços do paduano nos seus ensaios e memorandos infundiram uma nova visão na Ciência junto ao Estado português (ainda que efêmero e último esforço de cunho utilitarista-naturalista), qual seja, a fisiocracia no despertar da virtude do ecônomo, na importância da economia política na compreensão da utilidade dos bens e serviços produzidos pelo homem via aumento da riqueza nacional, da fomentação da agricultura e das indústrias (quando pertinentes), do hábito de gerar poupança, do comércio estrangeiro e da promoção da ciência.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 6ª ed. São Paulo: Moderna, 2016. p. 215.

CARVALHO, Darcy. *Desenvolvimento e livre comércio, as ideias econômicas e sociais do Visconde de Cairu: um estudo de história do pensamento econômico brasileiro*. São Paulo: IPE, 1985. p. 270 e 403.

COSTA, Ricardo Dalla. *Ciências Naturais e Econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)*. 2017, 116 f. Tese (Doutorado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Domenico Vandelli In *Storie A Fumetti: un nuovo approccio metodologico nello studio della scienza moderna*. Mosaico, v. 260, n. 194, p. 32-37, 2020. p. 36.

GENNARI, Adilson M.; OLIVEIRA, Roberson de. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 56 e 89.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARWOOD, Jeremy. *Filosofia: um guia com as ideias de 100 grandes pensadores*. Tradução de Henrique Monteiro. São Paulo: Planeta, 2013. p. 94.

HEILBRONER, Robert. *A História do Pensamento Econômico*. Trad. Theresinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. p. 49.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo: Zahar Editores, 1981. p. 127.

HUNT, Emery K.; LAUTZENHEISER, Mark. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. 3ª ed., trad. e rev. André A. Villela. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 74 e 243.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Trad. de Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 1109.

MARQUES, Adílio Jorge. *O professor do jovem Imperador: um naturalista luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010. p. 13.

MILL, John Stuart; BENTHAM, Jeremy. *Utilitarianism and Other Essays*. UK: Penguin, 2004. p. 86.

MINGHETTI, Antonio A. *A Ética e os Valores do Indivíduo na Modernidade*. Franca: Universidade de Franca, 2020. p. 29.

MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Trad. de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 19 e 25.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no Anfiteatro da Natureza: a Cultura Científica do Reformismo Ilustrado Português na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1779-1808*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. p. 38 e 139-40.

_____. *Ciência, natureza e sociabilidade intelectual em Portugal no século XVIII: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os Caminhos da ilustração Ibérica (1779-1815)*. In: GOLDFARB, José L. e FERRAZ, Márcia H. M. (Org.). *Anais do V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia e III Reunião da Rede de Intercâmbios para a História e Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1998. p. 288-95.

_____. *Memórias, reformas e acadêmicos no império luso-atlântico: domínio territorial, poder marítimo e política mercantilista*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 163, n. 416, 2002. p. 13-66.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999. p. 624.

STRATHERN, Paul. *Uma Breve História da Economia*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 57, 90, 112 e 113.

Fontes

VANDELLI, Domingos. *Memória Sobre a Preferência que em Portugal se Deve Dar a Agricultura Sobre as Fábricas*. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 248-9 e 252-3.

_____. *Memória Sobre a Agricultura Deste Reino e das Suas Conquistas*. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 165 e 168-70.

_____. Memória Sobre Algumas Produções Naturais Deste Reino das Quais se Poderia Tirar Utilidade. In: Memórias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 176-7 e 186.

_____. Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam. In: Memórias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 187 e 189.

_____. Memória sobre as Produções Naturais do Reino e das Conquistas, Primeiras Matérias de Diferentes Fábricas ou Manufaturas. In: Memórias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 223-36.